

O CATIVEIRO DA TERRA

José de Souza Martins
Nova edição, revista e ampliada
Editora Contexto, 2010, 282p.

Uma das melhores notícias para aqueles que desejam um estudo aprofundado, teoricamente instigante, sobre a história das migrações no Brasil é a do lançamento de uma nova edição, revista e substancialmente ampliada, do hoje considerado clássico *O cativo da terra*, de José de Souza Martins. A investigação sobre a transição da economia escravista para o sistema de trabalho livre no colonato, com a introdução de grandes levas de trabalhadores imigrantes no país, tornou-se um dos grandes referenciais para o entendimento da realidade brasileira. Com esta nova edição, com os acréscimos que foram feitos e a nova organização do trabalho como um todo, sua importância pode se tornar ainda maior e confirmar sua repercussão como uma das obras sociológicas mais significativas para a compreensão da questão migratória na estruturação da sociedade brasileira.

Por isso, antes de mais nada, resenhar um tal livro se apresenta como uma tarefa delicada, seja pela relevância que essa obra já possuía no cenário acadêmico, seja pela riqueza e profundidade de sua reelaboração para a presente edição. Com efeito, para aqueles que puderam se debruçar sobre a edição anterior, buscando entender a intrincada questão agrária brasileira e como ela se relacionava com a questão da migração, encontrando em sua reflexão um referencial inesgotável, é surpreendente ver a magnitude que ela pode ainda adquirir com os acréscimos e a remodelação feita. Surge, então, como uma leitura interpretativa ampla do Brasil atual, posicionando a questão migratória, nas suas várias vertentes, como um vetor explicativo fundamental para a sua compreensão.

Parece inevitável, portanto, que iniciemos essa apreciação crítica por uma comparação entre a edição anterior e a atual. Para além de tantos detalhes que se poderiam anotar, e das próprias observações feitas pelo autor no “prefácio à 9ª edição”, é importante sinalizar que houve uma significativa alteração na organização da disposição dos textos,

que se pode verificar na consulta do seu sumário. Na edição anterior, o conteúdo estava dividido em duas partes: aquela que corresponde ao atual primeiro capítulo, “A produção capitalista das relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café”, o verdadeiro texto gerador da obra como um todo, enquanto aquele que destrincha as relações do colonato, ao qual o autor continua hoje se referindo como “a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (p. 10); e, uma segunda parte, “A influência do café na industrialização e na formação da classe operária em São Paulo”, reunindo outros três textos independentes tratando da gênese da industrialização, do operariado e da ideologia em torno da noção do trabalho. O termo comum entre as duas partes é a produção capitalista de relações não capitalistas de produção, no colonato e na indústria nascente, por meio da economia do café. Existe uma preocupação teórica muito forte, concentrada na questão da “renda capitalizada da terra” e na discussão sobre a noção ideológica do trabalho na estruturação das relações de classe.

A nova edição não possui uma explícita divisão em partes, mas relaciona os sete capítulos como textos independentes, escritos em ocasiões diferentes e aqui reunidos de maneira coerente para tratar de temáticas inter-relacionadas. Se a primeira edição, como nota o autor, foi produzida no contexto de uma forte discussão acadêmica e militante, em que se procurava compreender e transformar o destino político do país, a atual, por sua vez, apresenta um olhar mais distanciado, buscando mais a relevância das informações obtidas para uma interpretação ampla da formação social brasileira no último século. No entanto, implicitamente, pode-se observar uma divisão em três partes, separadas entre si pelos dois ensaios fotográficos, enriquecidos por mais fotos, mas que continuam estruturados basicamente como na edição anterior.

Os três primeiros textos, reunidos no que seria a primeira parte, concentram-se na investigação do colonato e nas relações de produção geradas por este. O primeiro, o mesmo da primeira edição, mas reformulado, continua tendo a sua pertinência como texto gerador de todo livro, ao procurar explicar os meandros da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, por meio do regime do colonato. Se a discussão em torno do tema da “renda capitalista da terra”, como chave para se entender o novo modo de produção (capitalista de relações não capitalistas), continua tendo o lugar mais importante, a questão migratória ganha uma relevância e um espaço mais significativos nesta edição. Primeiramente, porque ao longo do texto, o autor demonstra como os diferentes modos de organizar a migração de trabalhadores, acompanharam a gestação do novo regime social de trabalho: tráfico de escravos, tráfico interprovincial,

imigração financiada pelos fazendeiros (com uma longa exposição do caso da fazenda Ibicaba, e o problema da “dívida” dos imigrantes), a imigração “subvencionada” para colônias oficiais, até chegar ao sistema que vigorou no estado de São Paulo, articulado em torno da Hospedaria dos Imigrantes. Mas também, sobretudo, pela preocupação em demonstrar como essa transição se dava no cotidiano desses mesmos trabalhadores, pela subjetividade por eles representada, no processo de viabilização do regime de trabalho em suas diferentes fases. Ao lado do processo objetivo de organização da produção, com todas as suas contradições, colocavam-se os diferentes momentos de incorporação dos trabalhadores e suas famílias e, logo, os diferentes grupos e correntes migratórias. Nesse sentido é que se pode entender a importância da introdução de dois capítulos inéditos: “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira, 1880-1930”, que analisa o caso dessa numerosa e importante corrente migratória para o Estado de São Paulo, porém, mais tardia e mais pobre, e considerada de segundo plano; e “Do escravo ao assalariado nas fazendas de café, 1880-1914: a gênese do trabalhador volante”, que demonstra de maneira notável os fatores que foram conduzindo, por várias e sucessivas formas, o colonato em direção ao trabalho assalariado puro, pela externalização da produção de subsistência do trabalhador para fora do âmbito da fazenda de café, criando as condições para a predominância posterior do trabalho temporário na agricultura. Esse último texto, em particular, demonstra como, ainda durante o regime do colonato, e ao longo de sua lenta desagregação, a partir do início do século XX, puseram-se as condições para o surgimento da migração interna sazonal e temporária, que vigora plenamente hoje no mundo rural, disseminada por todo território nacional.

Uma segunda parte seria aquela que, com mais clareza e profundidade, discute como da transição ocorrida durante o colonato, nosso genuíno processo de acumulação primitiva, foram dadas as condições, seja para o desenvolvimento da indústria e a emergência do empresário nacional, seja para a formação social e ideológica da classe operária no estado de São Paulo. Também aqui, um levantamento minucioso da trajetória do imigrante estrangeiro no meio urbano e no trabalho industrial, bem como sobre sua concepção de trabalho, aportaram uma relevância ainda maior à sua compreensão da formação da indústria nacional. Reúne três textos, dois dos quais são originários da primeira edição, revistos e reordenados na sequência do sumário: “As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho” e “O café e a gênese da industrialização em São Paulo”. Da edição anterior, eles conservam o peso de uma forte discussão teórica, seja sobre como os imigrantes seriam devedores de certa ideologia

do valor do trabalho, embutida na cooptação ao sistema do colonato – em que se conceberia o trabalho como criador de riqueza e meio para aquisição da propriedade (seja como pequeno proprietário rural, ou empresário) – seja sobre as diferentes interpretações sobre como a riqueza acumulada pela produção do café teria propiciado a industrialização em São Paulo. É importante sublinhar como o segundo texto foi substancialmente ampliado e enriquecido, com uma descrição do desenvolvimento, no cotidiano, dos vários ramos da indústria paulista. Neste texto, existe também um esforço tanto para demonstrar os ramos da indústria nos quais foram se introduzindo os imigrantes, quanto para traçar a trajetória exemplar de um grande empresário, fazendeiro de café, industrial e financista, oriundo das classes tradicionais do Império e, posteriormente, grande figura política da Primeira República: Antônio da Silva Prado. Ele não só teve um papel fundamental na proposição da imigração subvencionada como solução para a questão da mão de obra no colonato, mas também revelou, por sua trajetória exemplar, como a economia do café se tornou o contexto propício para a gestação de um determinado modelo de empresário nacional.

No entanto, outro texto inédito, acrescido a esta parte do livro e coerente com sua linha de desenvolvimento, traz uma grande contribuição para o entendimento da participação dos imigrantes italianos no processo de industrialização do país. O texto “Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914: o caso de São Paulo”, busca associar a história da imigração ligada ao colonato, ao processo de inserção do imigrante na indústria nacional. Distanciando-se dos mitos sobre a ascensão do imigrante nacional, de colono a empresário bem-sucedido, o autor examina os muitos ramos de desenvolvimento da indústria nacional e as diferentes vertentes da imigração italiana, que também contou com vários empresários que se instalaram no país interessados no dinamismo econômico produzido pela presença dos imigrantes italianos. Numa indústria que crescia fortemente, impulsionada pela economia do café e recebia investimentos estrangeiros, sobretudo nos ramos ligados ao transporte e à exportação, empresários italianos instalaram-se no país, principalmente no setor bancário, e interessados nas poupanças dos imigrantes italianos. Ao lado desse grupo de imigrantes, outro grupo, formado por artesãos, aumentava sua presença no meio urbano, inserindo-se numa atividade fabril de características ainda artesanais, e voltada para o aumento das camadas baixas e médias da população urbana em ascensão. Imbuídas de uma ideologia conservadora do trabalho, que o viam como uma forma de acumulação de riqueza e ascensão social, as associações dos imigrantes, de trabalhadores, mas também empresariais, viviam numa tensão constante

advinda da sobredeterminação de seus referenciais socioculturais de classe (trabalhadores X empresários) e de nação (italianos X sociedade nacional). Os conflitos criados pelas ambiguidades dessa dupla determinação em seu processo de identificação social, caracterizando a formação da subjetividade dos imigrantes na capital paulista, nas primeiras décadas do século passado, sinalizam para o perfil contraditório, tanto do operariado, quanto do empresariado nacional.

O último texto, “A morte do burguês mítico”, transposto da edição anterior, coloca em cena as ambiguidades da figura do Conde Francisco Matarazzo Junior, considerada como a representação da mitologia do empresariado nacional, que imaginava a ascensão do colono a industrial, pela virtude da moralidade de trabalho do imigrante. Oriundo da primeira edição, ele ocupa a mesma posição no conjunto da obra, mas aqui foi como que anunciado pelas análises do texto anterior. Neste texto, confirma-se o mito como uma cristalização da ideologia do trabalho, que unia, num mesmo universo moral, o empresário e o trabalhador imigrante. Esse mito como que reifica uma convicção difundida entre os imigrantes, a de que o trabalho produzia a riqueza: “...o trabalho do próprio patrão, o trabalho árduo, submetido aos rigores de uma ética ascética que fazia do patrão o primeiro dos trabalhadores” (p. 263).

Com a análise dessa figura mítica do imigrante bem sucedido, termina o percurso empreendido pelo autor. Em seu desenrolar, os dois ensaios fotográficos, ao mesmo tempo em que ilustram o conteúdo histórico e analítico dos textos, indicam os vetores do desenvolvimento da obra como um todo. No primeiro ensaio, “O café: as mediações do luxo”, as fotos históricas demonstram, lado a lado, tanto o percurso dos trabalhadores, escravos negros e imigrantes, nos portos, nas hospedarias, no eito das fazendas, quanto o percurso do próprio café, do seu processo de produção até se transformar em mercadoria de luxo nas principais capitais europeias. Posicionado entre os três primeiros textos, sobre o colonato e o mundo rural, e os três seguintes, sobre a indústria nascente e o mundo urbano, essa seção de fotos é extremamente sugestiva do significado dessa mercadoria como mediação da transição social da sociedade brasileira, e sua inserção contraditória na modernidade capitalista. No segundo ensaio fotográfico, intitulado “O imaginário da ascensão social pelo trabalho”, como analisado nos dois últimos textos, entre os quais se encontra essa seção, as fotos ilustram, de maneira exemplar, a ideologia dos imigrantes e sua noção do valor do trabalho, encontrando seu exemplar “mítico” na figura do Conde Matarazzo.

Como destacado nesta resenha sobre a nova edição desse trabalho seminal, seja por meio de sua reestruturação, pelos textos incluídos e

mesmo pela revisão realizada em cada um deles, percebe-se como a mobilidade do trabalho ganha uma importância maior ao se buscar novas interpretações sobre a constituição das relações sociais vigentes em nosso país. Acreditamos que isso se deva a um reconhecimento da importância das relações sociais estabelecidas no cotidiano, quando entra em jogo a subjetividade dos agentes envolvidos no que diz respeito à importância e ao valor do trabalho. Nesse sentido, para aqueles que se interessam pelo estudo da história das migrações, boa parte da riqueza dessa nova versão se encontra na atenção dada à alteridade representada pelos imigrantes diante de outros grupos, com os quais interagem: o colono italiano frente ao fazendeiro, ou frente à concepção de trabalho representada pelo escravo e pelo trabalhador livre nacional; o operário italiano frente aos operários de outras nacionalidades, ou mesmo compatriotas de outras origens regionais; o empresário italiano frente ao empresário nacional ou aos demais imigrantes, inclusive os da mesma nacionalidade. A condição social de migrante, como estrangeiro deslocado social e politicamente, sobredetermina sua mentalidade, seus pertencimentos familiares e associativos, seu projeto de vida, suas decisões políticas, a gestão econômica de seu capital. A contribuição histórica e analítica destes textos, ao mesmo tempo em que vinculam a migração de modo dialético às grandes questões nacionais, apontam para uma compreensão mais integrada do significado da migração, seja para a formação da nação brasileira, seja para uma melhor compreensão do momento atual em que ela se encontra. Extrapolando, uma melhor compreensão desse passado poderia ajudar no entendimento do sentido da migração nas particularidades do processo amplo, complexo e contraditório da inserção do Brasil na globalização.

Evidentemente, limites e lacunas poderiam ser encontrados. Por exemplo, podem incomodar as várias repetições e retomadas das mesmas questões em boa parte dos textos, em particular quanto ao modelo explicativo sobre o regime do colonato. No entanto, como se sabe que são textos independentes, reunidos em torno de uma temática de fundo comum, escritos para ocasiões diferentes, essas repetições são normais e até necessárias (mesmo pedagogicamente falando) para poder dar conta do entrelaçamento das várias temáticas abordadas. Também se poderia pensar numa comparação mais explícita entre esses dois modelos tão significativos de empresários no período estudado, Antônio da Silva Prado e o Conde Matarazzo. Porém, essa é simplesmente mais uma vertente possível de desenvolvimento num conjunto que desperta uma ampla gama de possibilidades de pesquisa e reflexão sobre a realidade das migrações e sobre o modo como se estrutura a sociedade brasileira no seu cotidiano.

Enfim, o objetivo vislumbrado pelo autor mais do que se cumpriu:

“...o estudo das singularidades do colonato, forma de trabalho livre que aqui nasceu socialmente das ruínas da escravidão, corroída pelas carências das próprias formas avançadas de multiplicação do capital, não é simplesmente, nem principalmente, um estudo de história social regional. É antes o retorno à dialética e o exame científico de um tema histórico banalizado, num caso denso de conteúdos reveladores” (p. 14).

O convite ao “retorno à dialética”, a uma visão que não desconsidere a complexidade do real, que não despreze os pequenos dramas dos migrantes, mesmo aqueles que se manifestam nos interstícios das relações cotidianas, talvez seja aquilo de que mais precisamos para descobrir os “conteúdos reveladores” que a alteridade dos migrantes representa para a sociedade que estamos construindo.

Sidnei Marco Dornelas

Assessor do Setor Mobilidade Humana e Missão Continental da CNBB

